

CIDADES E SERTÕES: O HISTORIADOR ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA*

Gilmar Arruda**

Resumo

O uso da memória da própria família do pesquisador levaria a um impasse metodológico ou seria possível estabelecer uma análise “objetiva” desta fonte? Para analisar o processo de transformação da paisagem do interior do estado de São Paulo, do surgimento das centenas de pequenas cidades nos locais do antigo “sertão”, lancei mão da memória familiar. Neste artigo, apresento os impasses e as conclusões sobre a utilização das narrativas de membros da família paterna, sobre o processo de transformação da paisagem do interior do estado de São Paulo, de “extremos sertões do estado” em locais “civilizados”.

Abstract

Would the use of the memory of the researcher's own family lead to a methodological dilemma or would it be possible to establish an “objective” analysis of such a source? In order to analyse the process of transformation of the up-country landscape of the State of São Paulo, as well as the rising of hundreds of small villages where the hinterlands used to be, I made use of family memory. In the present article, I present the dilemmas and conclusions related to the use of narratives of members of my paternal family about the process of landscape transformation of the up-country region of the State of São Paulo, which changed from “extreme State hinterlands” to “civilized” locations.

* Este texto é uma versão modificada de um capítulo de minha tese de doutorado *Cidades e sertões: entre a história e a memória*, defendida na Unesp-Assis em 1997, orientada pelo Prof. Dr. José Carlo Barreiro, e com apoio financeiro da FAPESP.

** Professor do Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina.

Palavras-chaves

Memória familiar; sertões; fronteiras; natureza; autobiografia; horizonte espacial coletivo.

Key-words

Family memory; hinterlands; frontiers; nature; autobiography; collective spatial horizon.

As primeiras perguntas que levaram ao desenvolvimento da pesquisa e da narrativa foram motivadas por uma afirmação de meu pai, dizendo que havia nascido “no alto sertão da araraquarense”. Esta frase despertava-me uma enorme curiosidade sobre seus significados. Somou-se o desconforto sentido com a expressão caipira, atributo de morador do interior, carregada de menosprezo e simbolismos, completando o pano de fundo na busca da formação destes sentidos sobre os espaços e suas representações culturais. As perguntas nasceram simultaneamente das experiências culturais e das representações culturais sobre os lugares onde se deram concretamente aquelas experiências.

Buscávamos entender como se formou a representação “cidades e sertões” e quais significados possuía. Logo percebemos que se tratava de uma temática recorrente na cultura brasileira, os chamados “sertões”, que remetia ao processo de “conquista” dos enormes espaços interiores do país e estava inserida na formação do Estado-nação moderno, ou da introdução da modernidade no país.

A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, a construção da ferrovia Noroeste do Brasil são iniciativas representativas de características inerentes ao processo do Estado-nação moderno. Significavam uma intenção de aumentar o conhecimento e a presença do Estado central nas áreas interiores do país. As imagens dos “sertões” elaboradas pelos membros da Comissão ou os argumentos defendendo a construção da ferrovia apontavam para a construção de representações sobre os territórios a oeste e sobre seus moradores. O termo “sertão”, porém, apontava para outros desdobramentos. Interpretado como suporte da memória coletiva, implicava uma relação com a idéia de natureza tropical, selva ou floresta virgem.

Num outro sentido, sertão remetia à memória familiar, às lembranças de um processo de mudança da paisagem que não queríamos deixar de lado. Primeiro, porque ela estava na base da própria interpretação e, segundo, por visualizarmos que ela poderia se tornar um outro foco narrativo dentro do conjunto da pesquisa. Porém, não temos nenhuma pretensão de que o confronto entre diversos tipos de fontes nos leve a uma “verdade”. O que procuramos é encontrar outras memórias sobre o tema, outras periodizações, outros ângulos de visão, narrados por outros grupos sociais, uma outra tradição.

A maneira encontrada para dar “concretude” aos quadros da memória familiar foi recorrer aos procedimentos da história oral. Atualmente, pode-se dizer que o estigma de uma história excessivamente militante, e de certa maneira positivista, por acreditar que o relato puro e simples constituía-se na história, está superado, e que a história oral afirma-se como um procedimento legítimo e válido no campo da história e encontra-se em franca expansão.

A utilização da história oral, além do fato de poder registrar narrativas às quais de outra forma não teríamos acesso, justifica-se também pelo que ela tem de mais precioso e singular, a subjetividade, o que a torna diferente pois “conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*” (Portelli, 1997, p. 31). É o aspecto da subjetividade e da narrativa que se tornou a principal questão em debate hoje no campo dos historiadores orais. O problema, hoje, não é mais se é possível ou não controlar a subjetividade das fontes orais, para se proceder a uma análise objetiva. O seu valor reside não na imediata e “verídica” referência aos fatos, mas sim nas suas interpretações. Para Portelli, as

fontes orais são aceitáveis mas com uma credibilidade *diferente*. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir (grifos no original). (idem, p. 32)

Em outro lugar, o mesmo autor colocava esta questão de outra forma:

Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do *texto*: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos; e estes, a seu modo, são também fatos, ou o que o mesmo: dados de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados por técnicas e procedimentos em alguma medida controláveis, elaborados por disciplinas precisas como a lingüística, a narrativa ou a teoria da literatura. (Portelli, 1996, p. 64)

Os depoimentos recolhidos entre os membros da família Arruda tiveram a intenção de ouvir suas próprias histórias de vida, mas também, e isso precisa ficar explícito, verificar uma narrativa sobre as representações da idéia de sertão, como local geográfico e simbólico, como suporte material da memória. As lembranças de episódios narrados pelo Sr. Nelson Arruda indicavam que haveria esta possibilidade nos quadros da memória familiar. Sabíamos, de antemão, determinadas informações e versões sobre o Sr. Joaquim Antônio Arruda, sua vida, acontecimentos, etc.

Interessava-nos não somente a própria vida dos depoentes e do seu próprio tempo histórico, mas também, e principalmente, os relatos sobre como haviam sido “os tempos” dos seus pais. Isto traz para o centro da análise do historiador que lida com narrativas orais o problema da objetividade e subjetividade. Como poderíamos saber se o narrado teria acontecido, e daquela forma? Talvez nunca, uma vez que os depoentes são originários das classes populares e não possuem nenhum outro registro desses eventos guardados na memória. Mas o principal era entender como a idéia de sertão aparecia na narrativa e como, por intermédio dela, organizavam-se o relato dos eventos e as descrições dos locais de vivência.

A idéia de sertão aparece em diversos discursos nomeando realidades geográficas distintas. Transformou-se em oposição ao termo civilização e foi utilizada como justificativa para inúmeros projetos de (re)ocupação dos territórios interiores do país. Articulou-se com vários desejos de construção da identidade nacional, foi usada como recurso ordenador da memória da história de algumas cidades.

Porém, a memória familiar, que partilho, informa que esta idéia tem uma recorrência ainda maior, constituindo uma espécie de “suporte material para a memória coletiva” de grupos sociais que viviam nas regiões que antes eram denominadas sertão por discursos originados no espaço urbano.

Assim os sertões seriam também, pelo menos uma determinada percepção dele, um componente do horizonte espacial coletivo (Moraes, 1991, pp. 28-31) das classes populares. A utilização da memória familiar do próprio historiador amplia o problema para a relação entre o texto e o narrador, entre a objetividade e a subjetividade do “discurso histórico”. Querendo, portanto, assumir a personalidade que existe por detrás do discurso histórico, e motivado pela própria origem da temática nas memórias familiares, não poderíamos deixar de analisá-las. Essa opção criou os problemas do cruzamento entre a história e a memória e as dificuldades de tornar evidentes o início e o fim de um e de outro discurso. O fato de ter usado as lembranças de parte do grupo familiar pode ter transformado a narrativa em uma espécie “autobiografia” disfarçada.

Foi a memória transmitida dentro de meu próprio grupo familiar, sobre uma vivência e experiência em uma “terra de fronteira” e sobre as conseqüências que este processo acarretou para o próprio grupo, que motivou e impôs uma perspectiva de análise presente no texto. Além disso, a vivência em um espaço de cidade do interior, em um local meio rural meio urbano, aumentou a sensibilidade sobre a problemática da espacialidade na sociedade brasileira contemporânea. Ser do interior representa, hoje, ser “atrasado” ou “caipira”, que quer dizer a mesma coisa.

Porém, o historiador não poderia confiar somente nas suas próprias lembranças, mesmo possuindo um vínculo estreito com o grupo familiar, como afirma Ecléa Bosi (1983, p. 344):

As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento em um solo comum transcende o sentimento individual.

A forma encontrada para estabelecer os limites entre a análise do historiador e o conjunto de lembranças do grupo familiar foi recolher os depoimentos de membros da família paterna. A escolha da família paterna se deve ao fato de, em termos temporais, até pelo menos quando se pode retroceder com os relatos da memória, ela ter vivido no interior do estado de São Paulo e “sofrido” todo o processo de sua transformação, pela chamada “marcha do café”, que podemos denominar de “modernidade”.

Mesmo na autobiografia, qualquer que seja a sua forma, existe uma separação entre autor e personagem. No processo de narração autobiográfico acontece uma partilha entre “quem fala”, o narrador, e “quem se está falando”, o personagem. Apesar de serem a mesma pessoa, o tempo cria uma fratura entre elas e isto aparece claramente na narrativa, o autor e o personagem estão separados pelo tempo. Conscientemente ou não, como recurso narrativo ou possibilidade de reflexão sobre sua própria história, o narrador autobiográfico opera esta divisão:

Existe uma circunstância epistemológica e psicológica única que torna inevitável esse tipo de disjunção entre o autor-relator e seu relato sobre si mesmo, uma disjunção que virtualmente nos força a adotar a estratégia do discurso; pois o auto-registro, como observaram todos os autobiógrafos ponderados desde Santo Agostinho, separa o ser que está “contando” do ser passado ou dos “seres” “sobre os quais se está contando”. (Bruner e Weisser, 1995, p. 144)

A separação que ocorre é dupla. A primeira e mais evidente é a temporal. A memória da qual se está lançando mão é tomada como relato de uma experiência vivenciada por outras pessoas em um outro tempo. Apesar de serem narrativas ouvidas no grupo familiar, elas remetem aos “personagens” que viveram em outro tempo e local.

A segunda é que os quadros das memórias familiares são tomados pelo historiador a partir de um conjunto de informações adquiridas no campo da história e sua metodologia. Esta dupla partilha permite manter a necessária relação de objetividade e se estabelecem como os critérios de validação do discurso.

Isso nos coloca em um local de fronteira, tanto no sentido físico-geográfico, quanto no aspecto da análise feita durante o trabalho. Esta perspectiva de “terra de fronteira” discutida por Raymond William (1990, p. 269), em *Campo e cidade*, “... é aquela terra fronteiriça em que muitos de nós vivemos: entre a tradição e a instrução, entre o trabalho e as idéias, entre o apego ao torrão natal e a vivência das mudanças”.

Parcialmente, portanto, pode-se atribuir um caráter de autobiografia à narrativa tecida até aqui, porém, o sentido mais exato das questões enfrentadas, quando colocadas em perspectiva a discussão da memória do historiador e suas influências nas análises realizadas, “... é algo que pode ser expresso abstratamente como o problema da relação entre a vida regida pela tradição e a orientada pela instrução formal; entre os sentimentos e pensamentos ligados aos costumes e os que são frutos da educação” (idem, ibidem, p. 270). Estamos nas fronteiras entre, de um lado, o conhecimento sistematizado, por meio de operações demonstráveis, como pode ser caracterizado o discurso histórico e, de outro lado, as informações e sensibilidades adquiridas mediante transmissão da memória familiar.

Foram realizadas entrevistas, como histórias de vida, com três membros da família paterna: os irmãos, Sr. Nelson de Arruda¹, 76 anos, meu pai, e seus irmãos, Sr. Benedito

1 O Sr. Nelson Arruda nasceu em 20/10/1920, em Dobrada (SP), segundo filho do casal Joaquim Antonio Arruda e Rosa Pereira Arruda. Foi alfabetizado pelo próprio pai, frequentou por poucos meses os bancos escolares. Trabalhou em fazendas de café na região da araraquarense – Dobrada, Matão, Novo Horizonte, Catanduva, etc. –, até o final da década de 40, quando a família mudou-se para Tupã (SP). Continuou trabalhando com seu pai até 1952, quando casou com Mercedes Agudo Arruda, filha de Thomaz Agudo Hernandes e Inês Idalgo Agudo Hernandes, imigrantes espanhóis que haviam se estabelecido na região desde o final da década de 20, vindos de Marilía (SP). “Fugiram” para a região de Catanduva, onde ficaram dois anos, voltando em seguida para Tupã, indo residir na fazenda do sogro e trabalhar com cafeicultura e agricultura. Em 1964, mudou com a família para os subúrbios da cidade de Tupã, em uma pequena chácara. Iniciou atividade de criação de galinhas e frangos em 1965/66 continuando até 1972. Nesse ano, transferiram-se para o comércio da cidade no ramo de lanchonete. Em 1975, a família mudou-se para a região urbana e, em 1980, transferiu-se para Campo Grande-MS, continuando no ramo de lanchonete e pastelaria até 1989, quando se aposentaram. Vivem atualmente naquela cidade, sobrevivendo da fabricação de massas caseiras, salgados, massas de pastéis, vendidos na própria casa ou de porta em porta. O Sr. Nelson e D. Mercedes tiveram seis filhos, três homens e três mulheres.

Arruda², 67 anos, e Sra. Tarsila Arruda³, 72 anos. São os mais velhos membros da família. O Sr. Nelson e Sr. Benedito, de acordo com suas memórias, foram os que mais tempo permaneceram juntos com os seus pais, Joaquim Antonio Arruda e Rosa Pereira Arruda. A Sr^a. Tarsila Arruda, pelo contrário, desde cedo, aos 13 anos de idade, foi residir na cidade de Catanduva com uma tia, irmã de sua mãe. Sua experiência de vida, portanto, conta com a vivência no outro termo, as cidades.

A estratégia adotada foi pedir que falassem das memórias e das coisas que o Sr. Joaquim Antonio Arruda, pai dos depoentes, contava de sua própria vida, procurando assim, expandir os limites temporais das lembranças para um período anterior às suas próprias existências. Interessava-nos saber o que se “guardava” do processo de transformação da paisagem onde moravam, entre o que relatava o Sr. Joaquim Antônio Arruda, das suas experiências quando criança e adolescente e o momento em que, já grandes, “quando se sentiram por gente”, puderam tomar conta e influenciar nos rumos da família. Temporalmente, podemos localizar este período entre, pelo menos, o último quartel do século passado e os anos 40 do presente século.

Depois de ter investigado a produção de imagens sobre o “sertão” a partir de um discurso enraizado na sociedade urbana do início do século, as lembranças familiares,

-
- 2 O Sr. Benedito Arruda nasceu no dia 02/01/1929, em Novo Horizonte (SP), onde viveu trabalhando com a família como colonos, empreiteiros ou arrendatários até o final da década de 40, quando mudaram-se para Tupã (SP). Continuou trabalhando com seus pais, na cafeicultura, até 1960, quando mudou-se para a cidade de Tupã. Em 1955 casou-se com Amabilie Botin, filha de imigrantes italianos que se estabeleceram na região como cafeicultores. Na cidade exerceu várias profissões, desde padreiro até motorista de caminhão. Em 1967, mudou-se para Santos (SP) indo trabalhar como motorista de ônibus urbanos. No ano seguinte transferiu-se para São Paulo – capital – continuando a dirigir coletivos. Em 1975, ingressou na Concretex, empresa de concreto, dirigindo caminhões betoneiras até 1981, quando mudou-se para Bauru (SP) acompanhando a empresa. Daí trabalhou como motorista em diversas outras empresas até que na última, como entregador da “Brahma”, caiu do caminhão, tendo ficado impedido de esforços físicos por seqüelas na coluna vertebral. Aposentou-se em 1995. Atualmente vive da fabricação caseira de salgados, massas, comida. Teve cinco filhos, dois homens e três mulheres.
 - 3 A Sra. Tarsila Arruda nasceu em Matão (SP), no dia 12/10/1924. Viveu com os pais na mesma região até 1938, quando mudou-se para a cidade de Catanduva (SP), indo morar com uma tia. No início da década de 40 começou a trabalhar como empregada doméstica para se manter, tendo trabalhado na mesma casa até 1951, quando se casou com o Sr. Romulo Mechi, filho de imigrantes italianos estabelecidos na cidade como alfaiates. O Sr. Romulo trabalha como sapateiro. Daí em diante, Sra. Tarsila não mais exerceu nenhuma profissão tendo sempre trabalhado na própria casa. Residem até hoje na cidade de Catanduva (SP). Seu marido, Sr. Romulo embora já aposentado, continua trabalhando no ramo de sapataria, até hoje, nos fundos de sua casa, para complementar seus rendimentos. Ele me informou que trabalha neste ramo desde os 12 anos de idade, portanto, há 64 anos. Tiveram um casal de filhos.

inicialmente apenas antigos relatos ouvidos pelo próprio pesquisador, traziam inquietações sobre o discurso até então construído. A memória estava sempre cobrando, exigindo que se tentasse, pelo menos, construir um discurso que falasse dos mesmos espaços mas com outra perspectiva. Estas vozes, neste caso, seriam algumas das que estavam “no interior”, no “olho do furacão” que, em menos de meio século, alterou radicalmente a paisagem “do oeste do Estado de São Paulo”, erradicando o denominado “sertão” dos mapas, transformando-o em elemento da memória coletiva ou, pelo menos, da memória escrita.

Em 1948, um memorialista da região de Araçatuba terminava da seguinte forma o seu texto, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*:

O panorama dos sertões de Araçatuba está mudado inteiramente, parecendo sonho, para quem o conheceu mesmo apenas há 15 anos. Não existe mais aquela mata fechada, nem aqueles lugares tidos como desconhecidos e morada de índios adversários da Civilização. Houve mesmo excesso na faina desbravadora do paulista. O arrasamento foi completo e quase insensato, das reservas milenárias de matas férteis. Quem sobrevoar a região, pasmará da devassa cruel de tanta riqueza e se admirará da audácia paulista, dominando em tão curto espaço de tempo sertão tão grande, sem medir sacrifícios de toda natureza. *Acabou-se o Sertão dos orgulhosos Caingangs...* (Carvalho, 1948, p. 313, grifos nossos.)

No discurso do memorialista da década de 40, estão presentes todos os elementos articulados no início do século e que apareceram na análise, tanto da Comissão Geográfica e Geológica, como nas narrativas de viagem. Além disso, o autor estabeleceu uma periodização, a do fim do sertão. Nos anos 40, já não existiriam mais os chamados sertões, pelo menos no território paulista. A memória realiza um dos procedimentos de maior poder com relação ao passado, o do estabelecimento de marcos cronológicos.

Tem aqui, o historiador, uma das formas de elaboração histórica, operada pela memória, que não é especificamente história, como nos diz Jacques Le Goff (1994, p. 49): “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”. O que a memória pretende aqui é a fixação de uma dada versão sobre como ocorreu a transformação do sertão, definindo, ao mesmo tempo, o que seria este espaço, como foi e por quem foi transformado.

A periodização é, segundo Le Goff (1994, p. 47), o “principal instrumento de inteligibilidade das mudanças significativas” e estamos falando exatamente de uma “mudança significativa”, a transformação da paisagem. Porém, as “mudanças significativas” aparecem marcadas por elementos diferenciados que dependem do ponto de vista

e de quem narra. O memorialista escolheu os elementos do “progresso”, procurando dar à sua narrativa uma forma de “explicação histórica” para os acontecimentos.

As narrativas individuais e a memória familiar podem lançar mão de outros marcos para realizarem suas operações de periodização:

Convém refletir sobre a divisão social do tempo que recobre as horas do relógio e impõe uma duração nova. Um dia inteiro pode dividir-se em antes e depois de uma visita esperada. (...) No entanto, sofremos no dia-a-dia a inexorável divisão que nos constrange a deixar a casa pelo trabalho, a juventude pela maturidade e nos rouba do convívio mais caro. É a força do tempo social marcado por pontos de orientação que transcendem nossa vontade e os fazem ceder à convenção. (Bosi, 1983, p. 33)

Mas a memória é também um objeto da história, e, portanto, a periodização operada pela memória deve ser levada em conta nas explicações das “mudanças significativas” realizadas pelo historiador. Não só da periodização como também dos próprios recursos usados na construção desta periodização. Os acontecimentos, a mudança nas paisagens, o surgimento de cidades, os deslocamentos da família, o nascimento ou morte de alguém, derrubadas de mata e plantio de roças, compra ou venda de algum bem, viagens a passeio ou trabalho, surgimento no cotidiano de novos produtos, a boa ou a má safra, etc. As formas como estes elementos aparecem nas narrativas indicam, muitas vezes, o seu relacionamento com um tempo, que podemos designar de tempo histórico, revelando as transformações ocorridas na vida cotidiana, provocadas pela chamada “modernidade”.

A memória familiar e as estratégias de análise do historiador estabelecem, portanto, relações múltiplas e reflexivas. Partiu da memória familiar a inspiração para o desenvolvimento do tema. Mais ainda, foi a própria memória que indicou a possibilidade da existência do tema. Do ponto de vista da memória, fala-se de um lugar determinado. As vozes ouvidas são originárias do interior, dos espaços das pequenas cidades, do momento do desbravamento do sertão vividos por quem estava lá.

Então, a memória do historiador remete a uma “região afetiva” que seria o denominado “sertão”. Entretanto, a formação caracterizada pelo caráter acadêmico e formal da profissão remete a outra região, as cidades. As informações e análises operadas pelo historiador indicam os momentos de cruzamento destes dois espaços: a ferrovia e a ação de mapeamento. Estes temas aparecem na pesquisa a partir da reflexão que o historiador realizou com a historiografia, mas foi a memória que indicou a existência do cruzamento.

A ferrovia apareceu como um elemento indicativo das transformações que estavam ocorrendo no espaço onde viviam os membros da família paterna. O historiador buscou saber o que ela poderia representar, a demarcação de novos espaços a partir de elementos da modernidade. Diversos espaços passaram a ser denominados, após a construção de ferrovias, pelos nomes das companhias ferroviárias. Assim, uma parte do estado de São Paulo é conhecida como “araraquarense”, outra “paulista” ou, ainda, “alta paulista”.

Mas na memória, o mesmo espaço recebe uma denominação que marca o cruzamento de duas formas: as cidades e os sertões. É assim que a memória paterna refere-se à cidade de Dobrada, cidade de nascimento, em 1920, oeste de São Paulo. Para o Sr. Nelson, lá era o “alto sertão da araraquarense”. A forma de nomear representa um detalhe do impacto da modernidade na subjetividade dos indivíduos. A partir da construção de uma ferrovia, um dos símbolos mais visíveis da modernidade, as referências espaciais e, portanto, as formas simbólicas de representação espacial assumem uma nova característica. Já não é mais sertão, mas ainda não é totalmente cidade, estamos no meio termo. A modernidade já chegou, mas ainda resiste a tradição, ainda é sertão, mas é o sertão da araraquarense. Também não é o “extremo sertão do Estado” da Comissão Geográfica e Geológica, a região já pertence a uma outra temporalidade, pertence ao tempo das ferrovias.

Tanto o sertão como as cidades aparecem na memória familiar, carregados de diversas conotações e também de periodizações. Podemos começar a examinar os conteúdos da memória nas suas definições sobre o “sertão”.

O Sr. Nelson define assim o chamado sertão:

*Sertão, sertão é que não tem mais família, é só mato, entendeu? Então você anda na beira do rio, o que dá um dia, dois dias, você não encontra uma residência, não encontra uma querência, você não encontra um lugar e fala, vou parar aqui, vou tomar uma água na casa daquele amigo ali, não, é tudo rio, rio e mato, rio e mato...*⁴

Mas não era só isso, o sertão tinha uma determinada localização geográfica e uma direção, quanto mais ao oeste, mais sertão seria, mais fundo era:

... pouco aqui na araraquarense, aqui nesse mundão, em Ribeirão dos Porcos, que é o rio que chama Ribeirão dos Porcos, mas tinha um patrimônio que tinha o nome de Ribeirão

4 As passagens em itálico daqui em diante foram retiradas dos depoimentos recolhidos e indicadas no próprio texto. Foi mantida a forma de expressão, não sendo alterada a estrutura da linguagem.

dos Porcos, se imagina o que era aquilo ali, eu não estou contando pra você, que eles viajavam 10, 12 dias com os porcos pela estrada pra ir levar em um lugar onde tinha o matadouro, porque não tinha lugar mais pra consumir esta porcada, (...) ia lá pra Matão pra vender, Araraquara, quando não tava bom o preço em Matão (SP), eles iam a Araraquara, agora se imagina aquele fundo ali, era tudo no sertão, o sertão é um mato virgem, que não existe ninguém, por isso leva o nome de sertão, bem depois chega mais gente, esse Ribeirão dos Porcos (SP), dali pra frente se podia encontrar algum, 50 quilômetros, poderia encontrar, agora dali do Ribeirão dos Porcos pra sair no Tietê, que o Ribeirão deságua no Tietê, pra sair no Paraná, aquilo era um sertão.

Existe uma semelhança entre a definição de sertão dada pelos engenheiros ou membros da Comissão Geográfica Geológica e o guardado na memória familiar. O caráter de longe, “fundo”, desabitado, mato virgem aparece tanto em um como em outro, mas as identificações terminam por aí. Antes de apontar no que a memória diverge dos atributos dados ao “sertão” pelo discurso, digamos, da modernidade, a descrição presente nas lembranças guarda proximidade também com um outro tipo de discurso, com o discurso literário. Veja o que Guimarães Rosa escreveu sobre o sertão:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Uruçuia: Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. (Rosa, 1986, p. 7)

A mesma idéia de lugar sem limites, de difícil localização geográfica, desabitado aparece no texto de Guimarães Rosa. Rosa, porém, baseia seu livro na região norte de Minas Gerais e a memória familiar, na região oeste de São Paulo. A utilização da idéia de sertão recobre um campo muito maior do que apenas o estado de São Paulo, como, por exemplo, grande parte do estado do Paraná até meados deste século (Tomazi, 1997).

Um outro atributo do sertão mencionado por Guimarães Rosa, a sua difícil e polêmica localização geográfica, aparece também na memória da família. O Sr. Benedito, quando recorda o deslocamento da família para a cidade de Tupã (oeste de São Paulo), tem também dificuldades em dizer se lá era ainda sertão ou se o sertão estava mais adiante: “Em 1948, a gente veio pra Tupã, e ainda Tupã era, como falava sertão, sertão quase né, mas já não era, tinha bastante lavoura, tudo né, ali já estava seu avô [materno]”. Tupã não era mais, ou ainda fosse um pouco, mas a existência de lavoura dizia que já não era. O sertão talvez fosse mais adiante:

O sertão é que era tudo mato né, era mato né, de Marília pra baixo já era tudo estrada de terra, tinha aquelas lavouras mas o mais era mato, mato, mato... de Tupã prá lá, pra ir até Oswaldo Cruz (SP), pra lá, já era sertão mesmo, né, era mata mesmo, tinha pouco, aí que foi formando café, foi formando, foi abrindo, que era tudo lavoura nova, onde era lavoura nova ali era sertão, a gente falava sertão.

O Sr. Nelson e Sr. Benedito viveram até os anos 60 ligados às atividades rurais, morando nos sítios e tocando café. Porém, sua irmã, D. Tarsila, que desde criança, na década de 30, viveu na cidade de Catanduva-SP, introduz à definição de sertão um novo atributo:

Aquela época [referindo-se ao momento que a família mudou-se para Tupã-SP, 1948] sertão no meu modo era lugar que não tinha por exemplo, rodovias como hoje, facilidades de transporte como hoje, o povo era diferente, sei lá, aqui (Catanduva -SP) já era mais civilizado, lá era mais pros índios e japoneses (...) Já falava, sertão, já Rio Preto (São José do Rio Preto, cerca de 60 quilômetros a oeste de Catanduva) era sertão, era sertão de Rio Preto, até hoje quase falam sertão de Rio Preto (...) falou pender pra lá (oeste). Araraquara era uma maravilha, São Paulo era tudo, de Araraquara pra cá (Catanduva) já começava sertão, aí já foi colonizando mais, foi ficando sertão pra lá. Então naquela época, a gente falava, nossa, era sertão, vai muito longe, por que viajar pra Tupã, a gente não conhecia, de fato não era como aqui e não é como hoje. Hoje eu não sei aonde que você, vamos supor, viajando, começa a dar um tom de sertão, assim, aquele povo mais simples, sei lá, sé mais pro índio, pro brasileiro, pro nortista, não sei dizer.

D. Tarsila, a partir de uma experiência de vida mais urbana, inclui na sua definição de sertão o termo “civilização” em oposição aos locais que seriam sertão, portanto, “incivilizados”. Associa a esses lugares não civilizados um determinado tipo de pessoa ou povo, “mais simples, nortistas, índios, brasileiros”. Mostra que o sertão é móvel, caminha para oeste, como se estivesse fugindo da “marcha do café”. De qualquer forma, o sertão fica do lado oposto de São Paulo, que era “tudo”, ainda assim ela encontra dificuldades de encontrar o sertão hoje em dia, onde começaria a dar um “tom de sertão”.

Assim, a vivência citadina da D. Tarsila marcou sua visão do sertão, enquanto os relatos do Sr. Nelson e do Sr. Benedito procuravam definir o sertão nos termos da experiência de trabalho no campo. Seriam a presença ou a ausência de lavouras de café que definiriam o sertão.

Já para o memorialista J. G. Morais Filho, o elemento decisivo para a “conquista” do sertão foi a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, testemunho das

... principais fases das lutas, às vezes cruentas, que caracterizaram a penetração da nossa moderna civilização em uma vasta região inexplorada e habitada ainda por primitivas tribos selvagens...

O autor explica que:

Recordando estes fatos, não se socorre o autor apenas de sua memória pois, observador mais próximo, teve por isso mesmo restrito o campo de sua visão, que procurou ampliar mais tarde, buscando novos informes, colhidos em fontes fidedignas, que o habilitassem a lançar uma visada panorâmica e retrospectiva sobre o triunfo final da referida civilização, obtido à custa de ingentes esforços, não apenas dos construtores da ferrovia como também dos desbravadores e povoadores daqueles inóspitos sertões. (1951, p. 35)

Entretanto, este processo foi realizado à custa da exploração de milhares de pessoas, colonos, empreiteiros, jornaleiros, nacionais ou estrangeiros, que derrubaram as matas, plantaram café, carpiram, podaram, derriçaram, abanaram, ensacaram, rastelaram, cis-caram, arruaram as lavouras de café. Os que participaram deste processo diretamente lembram-se dele como resultado concreto do trabalho, de suor, de muito trabalho e exploração pelos proprietários das fazendas de café.

O traço que aparece em todos os depoimentos é o trabalho, todos afirmam categoricamente que trabalharam, e muito. O Sr. Benedito interpretou o tempo em que cresceu na região da araraquarense como sendo de “escravidão”:

Sempre trabalhando naquelas fazendas (região de Catanduva) (...) fazenda ali do Zancanel, fazenda do... Antonio... é, o nome do homem era, fazenda São Sebastião, fazenda do Zé Pedro, né ali era quase como uma escravidão aquelas fazendas. A gente era criado ali, você tinha sino para ir para roça, sino pra você ir almoçar, sino pra ir trabalhar, pra vim embora pra casa, seis da tarde tocava um sino, ou quando não tinha sino era sereia, quando não era sereia, apareceu a sereia, né, senão era uma buzina, de chifre de boi (...). Agora, a gente aprendeu a viver trabalhando assim, nesses toques, com fiscal atrás de você, tudo que você estava fazendo, eles tavam olhando, né.

O Sr. Nelson lembra-se de como trabalhava aos 12 anos: “Então tocava como colono, sete, oito mil pés de café, porque nós já tava grandinho, eu era moleque de doze anos, mas já trabalhava que nem um condenado, eu trabalhava igual meu pai”.

O trabalho concreto nos cafezais, marcado e disciplinado pelos fiscais e pelo horário da fazenda anunciado pelas sirenes, apitos, buzinas. A fazenda aproxima-se de uma fábrica e o trabalho dito livre ao de um “escravo”. O aprendizado da vida, na infância e na adolescência, foi realizado em um “cabo de enxada”, com “fiscal nas costas”.

As lavouras de café, que, na memória, separam o que é do que não é sertão, marcam a periodização da ocupação e transformação da paisagem. Assim é que o sertão foi “abrindo”, “abrindo” e constituindo-se na nova paisagem da agricultura do café. Deste processo, de expansão da lavoura cafeeira, chamado também de a “marcha do café para o oeste”, o que a memória guarda é um sentimento de desenraizamento. O Sr. Nelson recorda a sua infância e adolescência, lembranças que remetem ao final da década de 20 e aos anos 30, como um momento de mudanças infundáveis, em que viviam sendo jogados de um lado para o outro, em que o seu pai, Joaquim Antonio Arruda, não conseguia se fixar em nenhuma fazenda:

Então esse foi o serviço dele no início da vida dele (do Sr. Joaquim), e depois ele já passou mais pra frente, já passou, quando nós já foi criando, ele já foi pegando outros tipos de serviço, já foi trabalhando de meeiro, de colono, e aí veio, veio vindo, veio vindo, até que chegou a idade nossa maior. (...) Porque viver do jeito que tava vivendo quando nós era criança, porque quando nós era criança, (...) não tava dando bem pra ele trabalhar nessa fazenda aqui, vamos dizer não tava pagando bem, não dava pra viver, ele pegava e ia embora pra outra. Botava nós em cima de uma carroça, pegava aquela mudanceira toda que tinha né, que não era mudança, era uma prateleira, um guarda louça velho, umas coiseiras velhas, né, botava em cima de duas carroças e a molecada toda em cima né, e ia lá pra outra fazenda. Chegava lá, o fazendeiro tratava uma coisa com ele, depois não dava certo, ele era muito justo, gostava das coisas de acordo conforme o trato que ele fazia, não dava certo, ele não ganhava o suficiente, ele pegava e falava pro patrão – vou me embora, o senhor não me paga o suficiente pra mim tratar dos meus filhos, vou procurar outro serviço. Ele viveu a vida dele assim muito tempo, muitos anos, porque desde o início de uma criança nascer, e chegar a quinze, dezesseis anos, andando pra cá e pra lá, andamos muito tempo nesse Brasil, não, só na Araraquarense, porque nós não saímos do Estado de São Paulo, nós fomos criados tudo na araraquarense. Essa é uma história que não devia nem contar, porque hoje na situação que a gente tá, contar essa história eu acredito que (...) na verdade a gente foi mesmo meio andejo, andarilho, mas andava junto com o pai, com a mãe....

A experiência concreta, vivida no “olho do furacão”, é uma experiência traumática, em que a reflexão sobre o passado a nomeia como indigna até para ser contada, “uma história que não devia nem contar”. Dobrada, Matão, Novo Horizonte, Catanduva, Dobrada novamente, Tupã, diversas fazendas, tantos lugares, a memória registra a vergonha de ter sido tratado como gado, tocado de um lado para o outro pela ganância dos fazendeiros e proprietários das fazendas de café, como diz o Sr. Nelson, “porque os fazendeiros vivia sugando tudo quanto era coitado naquela época...”

O fim do sertão aparece não como resultado do “expansionismo paulista”, mas como resultado concreto da ação do trabalho; não foi a “penetração de nossa moderna civilização” mas sim a abertura de “lavouras novas de café”, não foi uma luta contra os “caingangues selvagens”, mas uma luta pela sobrevivência e contra a “natureza” da mata.

A lavoura cafeeira aparece como organizadora da memória, aquilo que faz as lembranças adquirirem sentido, periodizando o passado, marcando os espaços, valorizando ou desvalorizando os atos dos homens, esperança de melhoria e recordação da frustração. A cafeicultura liga-se à cidade. Na cidade estão os mecanismos que estabelecem os preços, é onde se vende a produção do ano, local das compras necessárias para a sobrevivência. As lembranças da cidade não são boas enquanto vive-se nas lavouras de café. O espaço urbano só aparece como esperança quando ocorre o deslocamento, seja do menino que foge dos tios violentos, no início do século, ou da família que, cansada de manter esperança na produção cafeeira, muda-se para a cidade em busca de alternativas nos anos 60.

O ritmo de trabalho, os ciclos de tarefas vividos na produção cafeeira são os parâmetros para a lembrança de um outro tempo e de um outro espaço. O surgimento das lavouras de café em um determinado lugar marca, na memória familiar, o fim daquela região como “sertão”. As lembranças de Joaquim Antonio Arruda, sobre a época de sua infância e adolescência, até o surgimento da nova família em 1916, transmitida no ambiente familiar, estão localizadas em um outro espaço. O ambiente que organiza as recordações é o denominado sertão. A maior parte das recordações sobre a vida de Joaquim Antônio Arruda foi narrada pelo seu segundo filho, o Sr. Nelson.

O nascimento de Joaquim Antônio Arruda ocorreu por volta de 1880:

...o meu pai, ele é um senhor que foi nascido em Ribeirão Bonito, (...) São Paulo, na araraquarense, ele foi nascido lá. Agora ele foi criado em um lugarejo mais pro fundo um pouco do Estado, que foi em Ribeirão dos Porcos, um município, um lugarzinho que chamava (As Pedras). Esse lugar, essa região, então, era *aquele sertão, era tudo sertão aquilo ali*.

A vida nesse sertão narrado pela memória organizava-se de forma bastante diferente do cotidiano das fazendas de café; o ciclo de trabalho, o tipo de cultivo, os hábitos. As lembranças remetem a um tempo e a uma região em que parecia não haver a rotina do trabalho disciplinado das fazendas de café. A comparação pode ser uma idealização, mas ainda assim mostra-nos dois aspectos: ou havia realmente um aproveitamento do

tempo diferenciado da rotina capitalista, ou a realidade vivida era muito dura e o passado aparecia como fuga do cotidiano.

O Sr. Nelson narra que seu pai, que foi criado com tios, contava-lhe que esses tios costumavam passar longas temporadas de caça e pesca no Rio Paraná, isto bem antes das expedições da Comissão Geográfica e Geológica:

Meu pai na idade de oito anos, contava meu pai para mim, que ele já passava a mão em uma espingarda e dava um tiro em um bicho e matava, e não errava tiro que ele tinha boa pontaria, e tinha já o dom, porque esse tio do meu pai era criado assim, no mato né. Eles tinham lá, faziam o plantio deles, arroz, milho, feijão, fazia todos aqueles plantios ali, seis meses eles trabalhavam, quatro, cinco meses eles ficavam só passeando. Eles pegava a canoa, pegava comestível tudo, punha dentro da canoa, juntavam dois, três, tinha a cachorrada de caçar bicho, pegava aquela cachorrada, punha dentro da canoa e descia pelo Ribeirão dos Porcos e saía no Tiête, depois do Tiête saía no Paraná, aquilo era só sertão, e lá eles ficavam, os velhos, dois, três meses, acampados, caçando, pescando, fazendo todo esse tipo de coisa, depois quando terminava a jornada, eles voltavam tudo pra gleba deles. Lá, então, eles iam fazer outra vez de novo as roças, fazer o plantio e eles vivia do produto deles, eles tinham gado de boi, tinha boiada, pra conduzir, porque esses produtos que eles colhia, eles levavam tudo pra Matão e era tudo conduzido com carro de boi.

Ritmos de trabalho, culturas e hábitos diferentes marcavam aquilo que foi considerado pela memória como sertão. A cultura cafeeira teria rompido, segundo o significado que podemos atribuir às lembranças, um determinado tipo de relacionamento com a natureza, uma forma específica de ocupação do solo e de produção dos recursos necessários à sobrevivência. As lembranças sobre a vida do jovem Joaquim Antônio Arruda informam sobre como se vivia na região antes da chegada da “marcha do café”. Criavam-se porcos, plantava-se milho, abóbora, arroz, caçava-se e pescava-se boa parte do ano. Mas, além disso, a memória informa também a existência de um conhecimento sobre a geografia da região, do sertão. Esses homens saíam do Ribeirão dos Porcos, desciam o Tietê e paravam no Rio Paraná, atravessando uma região que Cornélio Schmidt⁵ afirmava ser “totalmente desconhecida” e os mapas indicavam ser “pouco exploradas”.

5 Cornélio Schmidt era engenheiro e foi responsável pela polêmica sobre o serviço de mapeamento do território do estado de São Paulo, desenvolvido pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, que acabou por derrubar de sua chefia Orville Derby, em 1905. Ver Schmidt, 1961.

O que os quadros da memória familiar permitem afirmar sobre o conhecimento destes espaços é que se tratava de ordens e sentidos diferentes de saberes. Os saberes existentes e que as populações dos sertões possuíam eram transmitidos pela prática e pela oralidade aos descendentes, um conhecimento, portanto, não utilizável pelo “poder”. Já o conhecimento que requeria o crescente “estado nação moderno” era um conhecimento que pudesse ser instrumentalizado e apropriado por outras pessoas que não aquelas que viviam na região.

Um outro aspecto relevante aparece nas lembranças familiares que permitem o questionamento da visão estabelecida pelos intérpretes da “marcha da civilização”. Para estes autores, o devassamento dos sertões teria sido principalmente uma luta contra seus antigos dominadores, os indígenas, considerados selvagens, bárbaros, ferozes, etc. Já as recordações estabelecem um quadro de convivência entre os moradores e os grupos indígenas.

O Sr. Nelson relata que seu pai e os tios dele, quando desciam o rio Tiête para suas pescarias e caçadas, levavam presentes e visitavam as inúmeras aldeias existentes:

Índio, aldeia de índio, vai chegar agora na aldeia dos índios. Existia aldeia de índios, muita delas, não era só uma não, mas esses tios conhecia todo os índios, todas as aldeias, os tios deles conhecia, né, porque cada vez que ele passava, conhecia, visitavam os índio, mas o tio do meu pai, conhecia, entendia o idioma deles, por que ninguém entendia o índio, mas eles tinha muita amizade com os índios, os tios do meu pai, esse tio do meu pai já tava entendendo tudo os índios, portanto que eles levavam, esse tio do meu pai, que criou eu pai, eles tinham na área de terras deles, eles tinham cana, eles plantavam cana, fazia açúcar, fazia pinga, tinha engenho né, eles fazia açúcar pras despesas, fazia pinga, tinha alambiques, mantinha aquelas pinga naquelas cartolas, faziam fumo, que eles também não compravam, eles plantavam fumo, faziam fumo pro gasto, porque não era só um, era uma porção deles que trabalhava lá, e eles levava, de vez em quando eles saía pra, pro rio, pra fazer essa jornada deles, eles levava fumo, levava pinga pros índios, levava pinga pros índios, ele adorava pinga, diz que bebe, só que não ficava bêbado, bebia que, e fumá. Diz que o gosto deles era beber e fumá, os índios. Chegava lá, meu pai contava, quando eles chegava naquelas aldeias conhecidas, diz que os índios pegavam meu pai no colo, abraçavam o branco né, eles falavam branco, diz que os índios falavam que ele era branco. Pegava ele abraçavam, fazia uma festa danada, com esse tio do meu pai e com o menino que era meu pai.

Não existe uma violência explícita nas lembranças, mas a tradição familiar também informa que o avô do Sr. Nelson teria sido um índio “catado a laço” pelos brancos da mesma família que criou o seu pai. O processo violento que foi a expropriação dos grupos indígenas de seus antigos territórios do qual o grupo familiar teria tomado parte

está inscrito também nas lembranças. A violência não está de todo apagada, mas bastante matizada. Seria a ambigüidade das lembranças? De qualquer forma, a memória familiar desperta a possibilidade de se pensar que, apesar da violência, poderia ter existido uma convivência, pelo menos em alguns momentos, entre os grupos sociais que habitavam os espaços dos sertões e não apenas a eterna guerra entre “civilizados” e “incivilizados” que a memória escrita registra como se fosse a “conquista do sertão”.

Na memória do Sr. Nelson, o sertão mesmo era um lugar onde seu pai teria vivido e tinha as características apontadas acima. Seu tempo de vida, o mundo em que pela primeira vez “se sentiu gente” já não era mais sertão ou era apenas em parte. Suas lembranças estão em um espaço de “mudança significativa da paisagem”. Quando os filhos do Sr. Joaquim Antônio Arruda lembram-se dos conhecimentos que ele tinha sobre as coisas da mata e do tempo, aparece então o profundo significado que representou a mudança significativa, não só da paisagem, mas principalmente de uma tradição cultural. A comparação entre a sabedoria do Sr. Joaquim e o a dos filhos remete para uma periodização. Os saberes do pai estavam ligados ao mundo que desapareceu, o sertão, os saberes dos filhos relacionam-se com o mundo que surgiu, o da produção cafeeira que também já desapareceu. Não são saberes estanques, pois muitos foram transmitidos e também apreendidos, pois vivia-se em um momento de transição.

O Sr. Benedito conta sobre seu pai:

De mato, ele, era o que mais entendia, você saía com ele no mato, ele te explicava tudo, tudo, não tinha nome de uma folha, dum pau, que o homem não conhecia. Isso aqui, essa madeira aqui, esse pau aqui é tal pau assim, assim, isso aqui serve para isso, é uma madeira assim, é uma madeira de lei, ele que falava tudo, essa raiz desse pau aqui é bom pra uma dor de barriga, essa raiz, esse pau aqui é, isso da um chá, é uma medicina medonha. Ele te falava tudo, conhecia madeira, se você pegava, falava, pai isso serve para cabo de enxada, pai? Ele falava, não (...) esse pau não serve. Entendeu? Isso é uma canelinha, isso aqui é um canelão, aquele lá é um anjiquinho, é um, ele falava tudo, é uma aroeirinha. Isso aqui, não passa embaixo dessa arvorinha aí, ó, isso dá uma coceira danada, ele entendia de madeira que era uma coisa medonha.

Não era só o conhecimento sobre as madeiras e ervas e sua utilidade, mas também o sentido de localização e orientação no espaço da mata:

E não se perdia no mato de jeito nenhum. Nós passamos, um dia, eu e o Nelson, no mesmo lugar, ele não tava, e eu o Nelson se perdemos no mato, no mesmo lugar que nós passamos antes e nós se perdemos, o velho não se perdeu. Entendeu? Não, ele tinha uma prática danada, não sei como é que ele fazia, não sei o que era que ele tinha. Bom, aí,

naquele tempo, era tudo sertão, tudo mato também, né, foi criado aí, ele andou por tudo isso aí, ele sabia tudo.

A fala do Sr. Benedito aponta também a periodização dos conhecimentos: o pai foi criado no sertão e por isso aprendeu a andar no mato, não se “perdia no mato de jeito nenhum”, havia aprendido no sertão. Seus filhos se perdiam no mato, foram criados em um mundo em que já quase não havia mais sertão.

O conhecimento prático, estes saberes apreendidos com a “vivência”, conforme contava o próprio Sr. Joaquim, eram também sobre as condições climáticas e sobre as horas do dia:

Ele tinha um coisa com ele. Outra coisa, tava sentado assim, se falava pra ele assim: Ih, acho que esse ano vamos ter uma seca danada, ele falava, não (...) daí ele falava, daqui a três dias, nós tem chuva, podia escrever rapaz (batendo na mesa) vinha, demorava tantos dias. Lua, não se fala, entendeu? Ele não perdia, um, era hoje, nós estamos em tal dia, hoje é tal dia, daqui a tantos dias a lua faz cheia, daqui tantos dias ela é, ele falava tudo... não sei, conhecia (...) A gente sabe, né, mas muita vezes a gente vai correndo na folinha, esqueceu (risos) então. Ele tinha, parece que tinha, depois de cego, depois de cego, naquela casa que o José mora hoje, eu morava na frente, né, ele tava assim, o portão, assim, a gente chegava, Oh pai tá olhando o tempo? É to. Será que vai chover? Ele falava, não a lua tá pra (...) vai demorar uns dias pra chover. Outra hora você chegava, ele falava, ó amanhã vai amanhecer chovendo, podia escrever que amanhecia chovendo, ele tinha isso daí (...) Eu sempre perguntava isso para ele. Pai e por que, ele falava, ó filho é a vivência, eu vivi, criei assim, criei naquela, né. Mas é a escola que ensinou? Não, eu aprendi com o tempo.

As cidades servem como referência espacial. “Nasci em Dobrada”, diz o Sr. Nelson, em um momento em que as cidades tornavam-se uma realidade marcante, definiam os quadros do tempo, antes, durante, depois. “Quando fomos para Novo Horizonte, quando retornamos de Catanduva, aí viemos pra Tupã”. O espaço urbano além de referência espacial guarda marcos temporais:

...lá em Novo Horizonte foi que um morei quando tinha 8 anos, lá nesse Novo Horizonte meu pai, eu contei pra você aquela história... na fala do Sr. Nelson, ou na narração do Sr. Benedito: depois tornemos a voltar pra Dobrada, foi em 40, 1940, 41, em 40 nós deixemos a família aqui em uma fazenda aqui do Zancanel e fomos pra abrir um sítio, abrir lá um, lá em Vila Briosso (reforço no lá) foi eu, eu era moleque né, me levaram eu junto, Lazinho e o pai, e eu fui junto, disse que eu era o saquinho de sal, eu tinha uns 13, 14 anos, eu ia ser o cozinheiro. Você veja bem, fomos pra Vila Briosso, lá pra baixo de Castilho (SP), entendeu?

Na memória familiar, as cidades aparecem como marcos também dos momentos cruciais, aqueles que se esperava por muito tempo, o final da colheita quando poder-se-ia sonhar em comprar um pedaço de terra. Em duas ocasiões, os acontecimentos que se passam na cidade impediram e frustraram os sonhos da família. O Sr. Nelson narra o primeiro fato, que marcaria o comportamento do Sr. Joaquim:

...lá nesse Novo Horizonte meu pai, eu contei pra você aquela história, ele foi morar em um sítio e pegou, tinha lá um sítio que era até de um, o nome dele era Pedro Garcia, espanhol (...) Precisava de uma família pra trabalhar, dava café a meia, entendeu, quer dizer que se pegava 4 mil pé de café, se desse 30, você tinha 15, metade era do patrão. Mas o café era um café que tava meio, o café era bom, mas acho que o patrão tinha entrado em crise e o café tava meio abandonado, o café tinha até, você não conhece, mas existia até árvore de lixa, o café era muito bom, e tem uma madeira que chama lixa, essa lixa é uma madeira que dá em cultura, então ele pegou, ele era sacudido, meu pai era daqueles que o sol não via ele nascer, ele não via o sol nascer, tava na roça, e de tarde enquanto tivesse claro ele tava na roça, ele não perdia o tempo dele, ele trabalhava, era um assassino para trabalhar (...) Ele chegou lá nesse sítio de 45 mil pé de café que esse Pedro Garcia tinha pra dar e tava dando de ameia, aí ele chegou lá, cumprimentou o patrão, (...) ele falou que era de Dobrada e que tava pretendendo a cultura de café, tava lá tocando café e que já tinha uns quatro, cinco filhos mas era tudo pequeno e soube daquele café e foi lá pra ver o serviço, aí esse Pedro Garcia levou ele pra lavoura pra mostra, ele viu que o café tava meio estragado, ele viu que tava abandonado, ele viu que tinha muito desmanzelo, mas ele era muito corajoso, ele viu que o café podia produzir, então ele olhou bem a lavoura do café, olhou as terras, a terra era muito boa o patrão deu o café pra ele, olha seu Joaquim eu dou o café de a meia por 4 anos, não é por um ano só não, é por quatro anos, dentro de quatro anos o senhor é meeiro, o que produzir o senhor me dá a metade, a metade é sua.

Agora tudo que você plantar é seu, se você colher 50 sacas de arroz é seu, se você colher 10 carros de milho é seu, você não de dá parte, só no café. Aí ele fez o contrato com o espanhol, o tal de Pedro Garcia. Aí levou nós pra lá, criança 6 anos né, tinha que ir, saímos de Dobrada prá lá, foi o 1º lugar que nós fomos, aí ficamos lá 4 anos. Aí meu pai chegou lá, já pôs nós em uma casa, a casa era de barro, a casa era feita de madeira e depois barreada, não era casa de material, de barro, mas era muito bem feita né, coberta de telha, não de sapé, e lá, 1º ano, ele chegou lá, já chegou hoje, pôs a mudança dentro de casa, quando foi de manhã cedo, no outro dia cedo, passou a mão na enxada, no enxadão, na foíce, e foi pra lavoura de café, chegou lá, meteu a enxada, meteu a enxada começou a carpir, rancar alguma lixeira e foi tocando, eu sei que dentro de 30 dias ele carpiu uns quatro mil pés de café, carpiu, cisçou, ajuntou toda aquela ciscaiada, pôs debaixo dos pés de café, rancou pé de lixa, pé de colonhão que tinha nos pés de café, tá entendendo, já meteu a enxada, e já começou a vim a chuva e já começou a fazer plantio e lá nós ficamos 4 anos, e ele lá criou nós quatro anos, quatro anos nós tinha de tudo, ele plantava arroz, plantava milho, plantava mandioca, ele plantava de tudo, criou porco, tinha vaquinha, tinha de tudo.

Quando foi no primeiro ano deu pouco café, mas o cafezinho que deu repartiu com o patrão, mas a metade do café ficou pra ele, deu pra pagar as contas dele, quando foi no segundo ano a produção do café foi muito, já melhorou, quando foi no terceiro ano já deu mais café, porque ele tratava, desbrotava aquele café todo ano, a lavoura virou um amor, tá entendendo, quando foi no quarto ano, que foi o último ano, foi a safra maior.

A narração encaminha-se no sentido de mostrar como se trabalhou e como tudo anunciava a melhora de vida. Tinham conseguido boa casa, vacas, porcos, uma certa estabilidade, e a lavoura tinha se recuperado devido ao trabalho da família. No quarto ano a produção tinha sido muito boa, o Sr. Joaquim tinha de sua parte 150 sacas de café e pretendia vendê-lo para pagar o armazém e comprar uma propriedade. Corria o ano de 1929:

...eles queriam vender o café na época da colheita, café tava 9 mil réis o saco, nessa base, já com 9 mil réis ele tinha 150 sacas de café colhido, já dava aquele pagamento de tantos que nós fizemos a conta ontem né, então dava pra ele paga o armazém e sobrava um bom dinheiro até pra comprar um sítiozinho, mas como o patrão falou não, vamos deixar esse café pra vender daqui uns quinze dias, por que o café vai pra quinze, o café vai pra vinte (...) quando foi dali a pouco tempo eles foram a cidade, ninguém queria o café, ninguém queria um saco de café, vendeu o café não sei por quanto lá, pra pagar carroto, pra pagar saco, tudo, tudo, eu sei que sobrou uma mixaria pra ele, não deu nem pra ele pagar o que devia no armazém, aí foi donde ele ficou desorientado né, sem dinheiro, sem lugar pra morar...

Aquilo que era esperança acabou-se no momento em que puseram o pé na cidade e ficaram sabendo da crise de 29, da baixa do café. Da expectativa de tornarem-se pequenos proprietários, passou-se a um período em que o Sr. Nelson disse que viveram como “andarilhos”. O mundo era a lavoura de café e raramente tinham conhecimento do que acontecia nas cidades:

Não tinha notícia porque não tinha rádio, porque não tinha rádio em casa. Não sabia o que tava se passando no país, todo mundo trabalhava, ninguém prestava atenção, tudo contente né, a tulha cheia de café, ninguém sabia. Porque nós não tínhamos rádio em casa. Os patrão acho que também não tinha, porque eles também não falavam nada, eu sei que quando foram vender o café, acharam essa crise com o café.

Uma outra vez mais, vinte anos depois, a cidade, os acontecimentos da cidade pregaria outra peça nas esperanças da família Arruda de tornar-se proprietária. Foi em 1952, já moravam em Tupã. Trabalhavam de meciros em um sítio de um senhor chamado José Fernandes. Quem narra o acontecimento é o Sr. Benedito:

Em 52 o pai foi roubado dentro da cidade. O dinheiro que nós fomos vender o café, nós colhemos... o café deu, a nossa parte a 40%, se ve que deu café o sítio né, deu 200 sacos para nós, entendeu? Se vendia o café a 19 contos o saco...(...) Nós fomos ver um sítio, você vê como vem a coisa, fomos ver um sítio no domingo, lá embaixo no Quixotinho, (...) Fomos ver o sítio, combinemos, o José Fernandes, que era o patrão, falou, vamos (...) Combinou, e tudo, o José Fernandes garantiu o pai pros Graúnas, que o sítio, eram os donos do sítio (...) O pai vai na segunda feira, sem me falar nada, eu falei vamos esperar um pouco, o café, tava a 19 contos e dava no rádio entendeu, que a tendência era subir o café. O pai vai na cidade vender o café. Foi no banco, o gerente do banco falou – Seu Arruda deixa o dinheiro aqui, se o Sr. vai fazer um negócio o Sr. leva um cheque (...) Ele pôs o dinheiro no bolso, quando ele saiu o cara catou o dinheiro dele e foi embora, levou tudo. Fiquemos aí, ó, eu lembro até hoje, rapaz que eu tava trabalhando ainda, o patrão chegou falou – Ó, aconteceu, assim, assim, pode ir buscar seu pai que ele tá meio malzeiro, meio doidão. Foi roubado, Foi o ano inteirinho, rapaz, e aquele ano a gente colheu café, trabalhou pra cacete, viu véio. Perdimos. Aí o que você vai fazer mais, aí desnor-teou...

Fica o que significa, disse Marilena Chaui (1983). A memória familiar guardou como significativo o conhecimento que a geração do Sr. Joaquim Antônio Arruda tinha do sertão, sua sabedoria em utilizar os recursos da floresta. Do momento de transição entre os sertões e a cidade, o que surge como importante para ser lembrado é o trabalho, o duro trabalho nas lavouras de café. As cidades surgem de forma ambígua. Depende-se dos acontecimentos que se desenrolam no espaço urbano, mas não se tem condições de entender o seu sentido. Os eventos citadinos transformam-se em marcos temporais da memória, criando um antes e um depois. Suas recordações carregam o sentido da esperança frustrada, daquilo que poderia ter sido e não foi.

Um dia estava pescando com meu pai no córrego do Varadouro, afluente do Rio Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, e perguntei a ele: Meu pai, se o Sr. pudesse viver novamente, o que o Sr. faria, e o que Sr. não faria outra vez? Ele respondeu: “Meu filho, eu só trabalhei”.

Referências bibliográficas

- Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz. 1983.
- Bruner, J. e Weisser, S. “A invenção do ser: a autobiografia e suas formas”. In: Olson, D. R. e Torrance, N. (orgs). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo, Ática, 1995.

- Carvalho, J. R. S. O desbravamento dos sertões de Araçatuba, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, IHGSP, v. XLIV, 1ª parte, 1948, pp. 299-313.
- Chauí, M. “Os trabalhos da memória”. In: Bosí, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.
- Le Goff, J. *História e memória*. 3 ed. Campinas, Edunicamp, 1994.
- Moraes, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo, Hucitec, 1991.
- Morais Filho, J. G. Pioneiros da noroeste: mensageiros da civilização. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. CXXXVIII, fev./mar., 1951.
- Portelli, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, pp. 59-72, p. 64.
- ____ “O que faz a história oral diferente”, *Projeto História*, São Paulo, (14) fev. 1997, p. 31.
- Rosa, J. G. *Grande sertão: veredas*. 26 ed. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1986.
- Schmidt, C. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, USP, tomo XV, 1961.
- Tomazi, N. D. “Norte do Paraná”: história e fantasmagorias. Tese de Doutorado em História. Curitiba, UFPR, 1997.
- Williams, R. *O campo e a cidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.